



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

Este texto apresenta as especificidades do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, criado para atender com formação inicial os professores para atuar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Referido Curso, origina-se pela necessidade de qualificar os profissionais da educação com vínculo orgânico nas escolas do campo da microrregião do Baixo Tocantins vinculado à Faculdade de Educação do Campo pertencente ao Campus Universitário do Tocantins em Cametá-PA,

A escolha desta graduação está em consonância com o edital n. 02 de 2012 do SESU/SETEC/SECADI/MEC em que faz a chamada pública para a seleção de Instituições Federais de Educação Superior interessadas na criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. No detalhamento dos critérios de seleção, o edital enfatiza que cada proposta pedagógica deveria ofertar preferencialmente as habilitações em Ciências da Natureza e Matemática, mediante a esta exigência e o diagnóstico da realidade educacional da Região do Baixo Tocantins, a proposta submetida pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus do Tocantins-Cametá (CUNTINS) apresentou a ênfase/habilitação nas áreas de Ciências Agrárias e da Natureza.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoc) é resultado de uma construção histórica e coletiva advinda da participação e militância da Universidade Federal do Pará-Campus Universitário do Tocantins, desde 2004, no Fórum Paraense de Educação do Campo-FPEC e no Fórum de Educação do Campo, das Águas e da Floresta da Região Tocantina-FECAAF, entidades que congregam diferentes movimentos sociais, poderes públicos, universidades e institutos, professores e estudantes das escolas do campo e organizações não governamentais do Estado do Pará, especificamente da microrregião do

Baixo Tocantins-PA.

Por conta da participação nesses coletivos de luta por políticas públicas de Educação do Campo, a UFPA/CUNTINS vem colaborando com a agenda de luta pela afirmação da educação e da identidade dos povos do campo e as suas diferentes atividades e experiências que estão sendo construídas e vivenciadas nos últimos anos em nosso Estado e região. Atuando em parceria com o Fórum de Educação do Campo, das Águas e da Floresta da região Tocantina-FECAAF, a universidade pode contribuir com a criação do Fórum de Educação do Campo do município de Mocajuba em 2011 e do Fórum de Educação do Campo do município de Cametá, em 2012, representando dois marcos históricos importantes na organização dos povos do campo nesta região, na luta coletiva pela afirmação da educação do campo como política pública e de responsabilidade dos segmentos sociais e políticos da cidade e do campo.

Todos esses fatores explanados brevemente apontam a luta e a colaboração da Universidade Federal do Pará na construção do "Movimento Paraense Por uma Educação do Campo na Amazônia", situação na qual vem exigindo da Universidade outro modelo e postura para atuar na produção de conhecimento e na construção de ciência e tecnologia na região do Baixo Tocantins e no Estado, considerando que são nessas vivências interinstitucionais e sociais realizadas nos Fóris sociais, que se apresentam arranjos tecnológicos, produtivos, socioeducacionais e culturais oriundos dos acúmulos tradicionais das populações do campo, necessitando ser pautada na agenda de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, dos Poderes Públicos e dos Fóris de Educação do Campo, Agroecologia, Economia Solidária e outros diferentes movimentos sociais.

Assim, este Curso pretende ofertar uma sólida e teórica formação integral envolvendo docência, pesquisa, extensão e militância durante as alternâncias pedagógicas que se realizarão entre as etapas curriculares, caracterizando a licenciatura como interdisciplinar com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza, graduação que pretende ser correspondente à necessidade formativa dos povos do campo nesta região.

A estrutura curricular central está organizada em 03 (três) núcleos, identificados como Núcleo Comum em que apresenta a dimensão geral da formação, Núcleo de áreas em que dar ênfase a dimensão específica da formação e o Núcleo Integrador demarcando a dimensão transversal do conhecimento, além das Atividades Complementares e dos Estágios Docentes. Estes núcleos pretendem desenvolver a integração entre as disciplinas, na perspectiva de formar os educadores do campo na área de conhecimento, Ciências Agrárias e da Natureza (Biologia e Química) sob os princípios da interdisciplinaridade, além de estimular por meio do ensino, pesquisa e extensão a produção do conhecimento do campo de estudos ora

apresentado.

A proposta didático-pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo se ancora nos princípios da Pedagogia da Alternância, enquanto uma metodologia pedagógica que tem sido no Brasil desenvolvido pelo Centro Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Respalhada por essa rica contribuição da Pedagogia da Alternância, na educação superior há uma ressignificação dos tempos educativos, Tempo Universidade (TC) e Tempo Comunidade (TC), visto que há a alternância dos tempos educativos, enquanto espaço do trabalho, da pesquisa, da extensão, da cultura, ou seja há outra organização pedagógica, curricular e da prática docente. Nesse sentido, a referida metodologia tem sido chamada na universidade como Alternância Pedagógica, uma vez que o tempo universitário não é o mesmo do tempo da educação básica

Ao final do curso de 4 ½ anos (9 semestres), cumpridas e integralizadas 100% das atividades curriculares e obtido aprovação nas disciplinas ofertadas, pretende-se certificar o discente cursista em Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza (Biologia e Química), num total de 4.369 horas, colaborando para o cumprimento da função social, acadêmica, profissional e política da universidade na formação de profissionais e na difusão do conhecimento comprometido com a formação dos povos do campo, sejam estes agricultores, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombola, assentados da reforma agrária e todos os sujeitos que produzem suas condições de existência pelo trabalho na terra, nas águas e nas florestas na Amazônia Paraense. Os detalhes do Projeto Pedagógico do Curso ? PPC e suas especificidades se apresentam no contexto da proposição a seguir.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Projeto Pedagógico de um curso é um instrumento de organização, planejamento e avaliação do processo educativo da instituição e precisa estar relacionado aos desafios regionais do país e aos processos históricos responsáveis pela geração de desigualdade social. A Amazônia paraense embora constitua-se de uma riqueza natural e de cultura específica apresenta indicadores que revelam sérias distorções entre os patamares econômicos e sociais. Dados do IDH - PNUD retratam disparidades regionais. Os dez estados brasileiros, com maior Índice de Desenvolvimento Humano ? IDH concentram-se nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país.

As estatísticas educacionais demarcam as desigualdades por meio do Censo Escolar 2010

(INEP: 2010), nas quais as regiões Norte e Nordeste apresentam as menores taxas de universalização da educação básica, os mais baixos índices de desempenho escolar, os mais elevados índices de desqualificação docente, entre outros indicadores negativos.

Dados do INEP indicam que na região Norte, 60% das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental concentram-se nas áreas urbanas e 40% nas comunidades rurais. Na área rural, a oferta dos anos finais do ensino fundamental são menores: apenas 9,3% das matrículas deste nível encontram-se nessas áreas, enquanto 90,7% concentram-se nas áreas urbana; na Amazônia, apenas 15% dessas matrículas se situam nas comunidades rurais.

O agravamento da situação educacional se acentua no ensino médio. Apenas 3% das matrículas desse nível estão nas comunidades rurais, enquanto 97% estão concentradas nas cidades, submetendo jovens e adultos a processos de exclusão socioeducacional inadmissíveis, índices esses mantidos estáveis entre no período de 1980 a 2000.

Ao lado dessa situação encontra-se a formação docente com muitas fragilidades. Pesquisas indicam que existem professores "leigos" nos anos iniciais do ensino fundamental, alto índice de professores sem qualificação para as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, sobretudo em áreas de longas distancias, pauta a necessidade de investimentos na formação de educadores/as em nível superior. [...] O censo escolar de 2014 revela que no Pará do total de 29.288 professores que atuam no campo existente, apenas 12.815 professores possuem licenciatura (43,65%), enquanto 16.473 professores (56,24%) continuam atuando sem a formação em nível superior, e em muitos casos, especialmente nas comunidades mais distantes das sedes dos municípios. (BRASIL, 2015).

Até meados da década de 1990, a educação para as populações do campo era a rural, pensada como um meio de compensar o meio rural de sua suposta inferioridade relativamente ao meio urbano; assim, os conteúdos, as metodologias e as práticas eram transplantados da escola urbana e "adaptados" à escola rural, pois acreditava que os alunos do campo precisavam "estudar para ser gente, para sair da roça", porque a vida na roça era vista como uma condenação, um castigo para os preguiçosos que não gostavam de estudar, que não se esforçavam para aprender. O campo era concebido como o lugar do atraso, da falta de oportunidades, da monotonia, como o não lugar, e seus moradores só podiam ser uns coitados, analfabetos e ignorantes.

As pressões políticas dos próprios camponeses organizados em movimentos sociais, afirmavam-se como sujeitos de direitos, exigindo respeito aos modos de vida das populações do campo, ao seu jeito de ser e de viver; e na pauta de suas reivindicações, a questão da educação passou a ocupar um lugar prioritário. Mas não queriam qualquer educação e disseram que educação queria para si e para seus filhos; suas vozes se fizeram ouvir e seus

anseios se fizeram Lei: a educação do campo ganhou marcos legal que asseguram formalmente o direito a uma educação diferenciada que respeite as especificidades, as particularidades dos sujeitos implicados aos lugares onde vive.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), no seu Art. 28, afirma que, na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região (especialmente nos incisos seguintes: I ? conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses da zona rural; II ? organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III ? adequação à natureza do trabalho na zona rural). Os textos da legislação educacional seja o da LDB, art. 28, seja o dos pareceres e resoluções relativos à educação do campo, reiteram em diversas ocasiões ?o respeito às especificidades do campo? como condição fundamental para o êxito da educação escolar dispensada aos alunos camponeses.

A presente iniciativa se configura como uma proposta viável de formação de professores na perspectiva apontada nas Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, bem como na atual Resolução nº 02 de 1º de junho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada que no artigo 3º da referida resolução, assim expressa:

A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas ? educação infantil, ensino fundamental, ensino médio ? e modalidades ? educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância ? a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional (BRASIL, p. 03, 04).

Agregam a isso a experiência com o PRONERA na região Tocantina - Polo Tucuruí, a experiência da Casa Familiar Rural e outras ações com os movimentos sociais de caráter educativo nos quais fortalecem e unificam-se ao acúmulo teórico construído historicamente no amago da resistência a uma educação elitizada, urbanocêntrica nos credenciando a encampar esse desafio.

É nesse sentido que a Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins em

Cametá, se propôs a ofertar um curso que viesse atender a formação dos educadores do campo, como forma de superar os déficits educacionais enfrentado pela região do Baixo Tocantins, precisamente a microrregião de Cametá, que envolve os municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará e Igarapé-Miri, com a oferta nos três primeiros anos de 120 vagas nos quais foram distribuídas 40 vagas por município outrora mencionado, com exceção de Cametá que atende um total de 120 vagas (duas turmas intensivas, no qual uma encontra-se em Vila do Carmo e outra extensiva) e Oeiras do Pará com 80 vagas. Durante três anos consecutivos foram ofertadas 360 vagas para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo para diferentes municípios em atendimento ao edital de implementação desta licenciatura, com a seguinte distribuição: Cametá (02 turmas na sede do município e (01) na Vila do Carmo, Baião (01 turma), Mocajuba (01), Oeiras do Pará (02) e Igarapé Miri (01). Uma vez cumprido esse compromisso de oferta, que encerrou em 2016, a Faculdade de Educação do Campo se responsabilizará pela oferta regular de 40 vagas anuais.

O curso foi inicialmente ofertado no formato Intensivo e Extensivo. Intensivo - Compreende os meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto de cada ano letivo; Extensivo ? Compreende a oferta de turmas nos meses de março a junho e setembro a dezembro. Ofertou-se três turmas nesse período, mas uma vez finalizada estas turmas, não se ofertará novas vagas para o período extensivo por conta dos desafios encontrados na materialização da alternância pedagógica.

O Curso emerge sob o princípio da Alternância Pedagógica, propondo o desafio de construir licenciaturas na perspectiva interdisciplinar e por área de conhecimento. A ideia é provocar a produção do conhecimento sob a lógica emancipatória fundado nas práxis educativas. A concepção de área de conhecimento é ir além da lógica disciplinar, sem negar as contribuições das disciplinas nesta integração de saberes e a produção de outra prática na perspectiva da interdisciplinaridade, visto que é imprescindível dissociar os saberes científicos e os saberes populares no contexto da cultura vivida.

Com base nesta fundamentação, o Curso de Educação do Campo apresenta a área de Ciências Agrárias e da Natureza, entendendo-as como indissociáveis, porque a concepção de Ciências Agrárias se apresenta como a epistemologia que fundamenta o conhecimento construído acerca das Ciências Naturais. As Ciências Agrárias têm a intenção de apresentar sua relação com as lutas pela questão agrária no Brasil, bem como possibilitar a compreensão pelas disputas territoriais entre a classe trabalhadora do campo e a lógica degradante imposta pelo sistema capitalista no contexto educacional. Assim, surge a proposta de formação de educadores do campo, cujo objetivo é contribuir para

transformação da educação nas comunidades rurais, a partir da cultura dos sujeitos sociais do campo.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Educação do Campo

Local de Oferta: Travessa Padre Antônio Franco

Endereço de Oferta:

Bairro: Matinha

CEP: 68400000

Número: 2417

Complemento: Campus Universitário do Tocantins/Cametá

Cidade: Cametá

Forma de Ingresso: Processo Seletivo Especial

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 4369 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 5243 hora(s)

Período Letivo: Intensivo; Extensivo;

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

O projeto tem como objeto a formação de professores para as escolas do campo, enfocando o

trabalho pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Tomando-se como referência as proposições do documento "Licenciatura em Educação do Campo" da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), são princípios e alicerces básicos dessa proposição: Ação afirmativa para correção da histórica desigualdade enfrentadas pelas populações do campo em relação ao seu acesso à educação básica e à situação das escolas do campo e de seus profissionais.

Dispõe em contribuir na construção de políticas de expansão da rede de escolas públicas que ofertem a educação básica no e do campo, com a correspondente criação de alternativas de organização curricular e do trabalho docente que viabilizem uma alteração significativa do quadro atual, prioritariamente no que se refere à oferta dos anos finais do ensino fundamental e à oferta do ensino médio, de modo a garantir a implementação das "Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo", Resolução (CNE/CEB 1/2002).

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A formação e titulação ofertadas objetivam criar condições para atendimento das especificidades dos diferentes contextos de educação escolar do campo buscando viabilizar as diferentes configurações institucionais que existem e que podem vir a existir. A dispersão espacial das moradias dos alunos e a centralidade das relações com as comunidades de pertencimento geram, por vezes, exigências na organização da escola que estão muito distantes da organização "padrão" que caracteriza as escolas urbanas. É comum a exigência de um professor multidisciplinar, cuja formação o prepare para desenvolver suas atividades em diferentes espaços observando a diversidade regional do campo na Amazônia Paraense e a realidade educacional dos anos finais do Ensino Fundamental e médio cujo conhecimento lhe permita realizar um trabalho articulado a dimensão multidisciplinar, independente do fato que sua atuação seja ou não concentrado em alguma dessas áreas. Nesse sentido, a formação não se fecha em torno de uma única proposta de atuação docente, uma vez que essa atuação deverá necessariamente se adequar aos contextos de origem dos alunos-professores.

Tal orientação é consoante com a análise proposta no Parecer 09/2001- CNE/CP que fundamenta a resolução que institui as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica" quando afirma a necessidade de:

Uma revisão profunda de aspectos essenciais da formação de professores, tais como: a

organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades de atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação e os sistemas de ensino, de modo a assegurar-lhes a indispensável preparação profissional. (p.11).

E ainda: ?Quando define as incumbências dos professores, a LDBEN não se refere a nenhuma etapa específica da escolaridade básica. Traça um perfil profissional que independe do tipo de docência: multidisciplinar ou especializada, por área de conhecimento ou disciplina, para crianças, jovens e adultos. (...) É importante observar que a lei prevê que as características gerais da formação do professor devem ser adaptadas ou adequadas aos diferentes níveis e modalidades do ensino, assim como a cada faixa etária. É preciso destacar a clareza perseguida pela lei ao constituir a educação básica como referência principal para a formação dos profissionais da educação? (p.12-13).

Ressalta-se ainda que estas diferentes configurações da organização escolar das escolas do campo têm se tornado objeto de pesquisa, revelando interessantes e inovadoras possibilidades quanto a propostas alternativas de escolarização, tema de investigação que muito tem a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa em si e das políticas educacionais no seu conjunto.

Em sua orientação mais ampla, se situam no âmbito das ações voltadas para a inclusão de grupos sociais, que é uma das linhas de atuação da Extensão Universitária, assim como uma das orientações da própria UFPA quanto ao papel da universidade nas políticas inclusivas. É necessário pensarmos uma proposta de um curso que forme o Educador do Ensino Fundamental e Médio, aliando, nesta formação, os processos de docência, gestão e organização do trabalho pedagógico interligado ao princípio da pesquisa e de intervenção. Isto exigirá um repensar dos conteúdos, dos tempos, dos espaços, das metodologias de ensino. O objetivo não é ?fixar os jovens no campo?, mas possibilitar um repensar deste espaço a partir de diferentes olhares e concepções afim de lhes dar opções, alternativas. O desafio é mantê-los com alternativas para os problemas encontrados em relação ao trabalho; convivência; formação profissional, esgotamento dos recursos naturais, dentre outras. Para isso a proposta se fundamenta:

Teoria/prática: como espaços de investigação, encontro dos conhecimentos científicos e populares para reinvenção, criação e reelaboração. Não existe prática desvinculada de um saber. Todas as ações humanas relacionam-se com um trabalho intelectual: exige do sujeito a atividade do pensar e sentir.

Relação Escola/Comunidade: Escola e comunidade são tempos/espaços para construção e

avaliação de saberes. Buscar superar a perspectiva de que a escola é lugar da teoria e a comunidade é lugar da aplicação/transformação. A escola como mediação para aprender a formular formas de pensar/sentir/agir relacionadas a um determinado modelo dialético (científico ↔popular). Não para substituir formas anteriores, mas para transformá-las. Sem valorizar o saber prévio não existe possibilidade de reconstrução de saberes/práticas. Paulo Freire compreende a educação como processo de conscientização. Nessa perspectiva, aprender tem sentido quando nos envolve no compromisso de transformar a realidade. O educador e o educando aprendem e ensinam ao mesmo tempo. A melhor maneira de refletir é pensar a prática e retornar a ela para transformá-la. A formação autêntica promove a autonomia e dialogicidade.

Relação educador/educando: buscar empreender processos que permitam ao educador/educando construir saberes utilizando mediadores diversificados: texto impresso; web; vídeos; rádio, dentre outros.

Conteúdo: Não está somente no educador. Ele não é o único responsável pelo saber a ser construído, pois o conteúdo traduz-se em saber dialógico crítico que se articula com a realidade social, cultural, política e econômica dos sujeitos sociais. Estes conteúdos são construídos na inter-relação entre os tempos/espços formativos; Tempo Universidade e Tempo Comunidade materializados nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e técnico profissional.

Está proposta apresenta a interdisciplinaridade, como um princípio fundamental que proporciona a integração dos conhecimentos por meio da alternância pedagógica: TU (Tempo Universidade) / TC (Tempo Comunidade), se dá em tempos e espaços alternados. O TU - compreende o momento de estudo dos conhecimentos historicamente sistematizados intercalados com os conhecimentos advindos da pesquisa de campo oriundas do TC. O estudo pode acontecer, a partir de temas-geradores ou eixos temáticos ligadas aos estudos e pesquisas do curso e dos interesses da região. O TC ? é o espaço da pesquisa, do olhar para cultura do campo para identificar seus conhecimentos e saberes em vista de construir outra dinâmica pedagógica pautada nos diferentes coletivos do campo. Com isso, a orientação TC é uma atividade de campo realizada preferencialmente no município dos discentes com a participação de docentes.

Pesquisa - Nas diversas instâncias do campo educacional e organizações educativas populares (escolas, sindicatos, Colônia dos Pescadores, ONGs, Cooperativas e Associações do campo, Centros Familiares de Formação por Alternância, Organizações Sociais de Trabalhadores do Campo e da Educação, Secretarias Municipais de Educação e de outros órgãos de gestão pública) com atuação vinculada à educação do campo, no sentido de

levantar informações necessárias à compreensão do contexto educacional em que se insere o trabalho do educador.

Encontros sistemáticos para orientação do estágio curricular obrigatório e refletir sobre o desenvolvimento das atividades de campo no Tempo Universidade e Tempo Comunidade articulados a realidade da escola pública do campo.

As aulas com o professor da Vivência na Prática Educativa para assimilação de conhecimentos pedagógicos com dinâmicas interativas, contextualizadas, utilizando recursos específicos, experiências, simulações e demonstrações, no regime Tempo ? Escola.

Atividades Complementares: de Ensino, de Pesquisa e de Extensão no regime Tempo-Comunidade.

Estágio Curricular obrigatório, onde o aluno vivenciará experiências na prática de ensino em sala de aula e em espaços da comunidade, durante o regime de Tempo-Comunidade. As aulas de desempenho didático, envolve conhecimentos pedagógicos, específicos da área, nos regimes tempo-escola e tempo-comunidade.

Seminários Integradores ? são os espaços de socialização das atividades de campo desenvolvido durante o tempo comunidade, inter-relacionando às etapas de alternância pedagógica, pode ocorrer nas comunidades, na universidade, ou nos municípios dos estudantes.

OBJETIVOS DO CURSO

Formar professores pertencentes a diferentes coletivos rurais, sejam estes: ribeirinhos, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores, e outros sujeitos que constroem suas condições de existências no campo sintonizados com a pesquisa e a extensão numa perspectiva interdisciplinar para exercer a docência em ciências nos Anos finais do Ensino Fundamental e Biologia e Química no Ensino Médio e ainda como gestor da organização do trabalho pedagógico e como agente de desenvolvimento em escolas do campo. Este profissional também atuará na gestão de processos educativos escolares e não escolares em espaços como: Casas Familiares Rurais-CFR?s, Escolas Técnicas Agrícolas, nas Escolas Famílias Agrícolas-EFA?s, dentre outros espaços sociais, sintonizados e comprometidos com a participação democrática popular de qualidade, contribuindo com a transformação da educação e da realidade social desse território.

Objetivos Específicos

Profissionalizar política, social e pedagogicamente educadores do campo em exercício ou jovens e adultos para atuarem como professores nos anos finais do ensino fundamental e médio e ainda como ou gestor escolar a partir das categorias de pertencimento agricultor familiar, indígena, quilombola, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, pescadores e extrativistas, para o exercício da docência na educação básica do campo na ênfase de agrárias e Ciências da Natureza;

Oportunizar o acesso a outros níveis e formas de conhecimentos, articulados com os saberes das experiências acumuladas pelos sujeitos do campo, inclusive da vivência pedagógica, constituindo-os como saberes profissional;

Implementar itinerários formativos e práticas pedagógicas ancoradas nas necessidades e anseios das comunidades do campo;

Articular a teoria e a prática no processo de formação em nível do tempo-escola e do tempo comunidade;

Estudar, produzir e socializar conhecimentos científicos, didáticos, metodológicos e de organização social e política referentes aos processos educativos que acontecem na escola e na produção dos movimentos sociais do campo, tendo por princípios norteadores a dimensão histórica, técnica, política e cultural do fazer pedagógico;

Favorecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desde o início do curso, através da instrumentalização dos futuros educadores para a investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo soluções inovadoras para os problemas verificados na prática educativa, através de projetos pedagógicos de apoio;

Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relativas às atividades técnicas do trabalho e de produção regional;

Fortalecer a relação interfórum como articulação indispensável entre os fóruns de educação do campo, agroecologia e economia solidária, o poder público e a universidade, apoiando a criação de políticas públicas intersetoriais que envolvam a escola e os espaços de produção das comunidades campesinas;

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Licenciatura em Educação do Campo será um profissional com perfil

interdisciplinar com sólida formação teórico-prática para atuar nas áreas de agrárias e ciências da natureza com condições para desenvolver ações educativas de ensino, pesquisa, extensão e militância acadêmica no âmbito escolar articulando os conteúdos curriculares, saberes da experiência e da ciência a necessidade e realidade do campo.

Para além do domínio dos conhecimentos e saberes construídos durante o curso, espera-se que seja capaz de articular de maneira interdisciplinar os saberes dos educandos a outros que sejam objeto de pesquisa, olhando e atuando com criticidade na realidade sócio- histórica de sua atuação

Desta maneira, o Licenciado em Educação do Campo poderá atuar como professor, pesquisador nas áreas de conhecimento estudadas tornando-se o principal responsável pela mediação entre o universo do aluno e os conteúdos a serem aprendidos/trabalhados, um mediador das possibilidades de desenvolvimento cognitivo do educando.

Este Licenciado atuará na área do ensino, na gestão escolar e, nos processos formativos e organizativos da Educação do Campo, motivo no qual ele deve estar de posse de todo um instrumental teórico e prático possibilitado pelo percurso acadêmico proposto no presente PPC.

Exercerá a docência em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza para o exercício da profissão docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio no ensino de Ciências, Biologia e Química. Poderá exercer também, a docência ou assessoria técnico-pedagógica nas Casas Familiares Rurais ? CFR?s, nas Escolas Técnicas Agrícolas, nas Escolas Famílias Agrícolas ? EFA?s, associações e cooperativas de produção em agricultura familiar e em movimentos sociais do campo.

COMPETÊNCIAS

Atuar com ética e compromisso político e pedagógico no desenvolvimento das atividades acadêmicas bem como na profissão docente ou na gestão educacional fundamentados pelos conhecimentos e saberes que fortalecem a militância realizadas na universidade e nos movimentos sociais do campo;

Ensinar Ciências, Química e Biologia, embasados por conceitos e práticas da Educação do Campo fundamentado nas epistemologias das ciências agrárias e da natureza que tem a Agricultura Familiar com um espaço de disputa e resistência;

Ensinar nas escolas do campo de forma multidisciplinar integrando, conceitos, conhecimentos ligado as condições materiais e simbólicas da vida nas comunidades rurais,

nos movimentos sociais e nas escolas do campo;

Assessorar práticas educativas e agroecológicas nas Casas Familiares Rurais e nas Escolas Famílias Agrícolas e em movimentos sociais do campo;

Assessorar a organização de empreendimento em Economia Solidária, tais como associações e cooperativas de produção em agricultura familiar;

Compreender, cuidar e educar adolescentes, jovens e adultos dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio do campo, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões moral, física, psicológica, afetiva, estética, intelectual e social;

Fortalecer o desenvolvimento e a aprendizagem de adolescentes, jovens e adultos dos anos finais do Ensino Fundamental assim que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

Trabalhar em espaços escolares, na gestão e organização das comunidades do campo e nos processos educativos dos movimentos sociais, em vista da promoção da aprendizagem de sujeitos baseadas na pedagogia do movimento social do campo e no conhecimento científico acumulado historicamente;

Atuar na criação e desenvolvimento de Projetos Agroecológicos vinculados aos sistemas de produção das comunidades campesinas;

Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre a realidade sociocultural em que se desenvolvem as experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios e sistemas agroecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas nas escolas do campo;

Desenvolver ações de cooperação, autonomia e solidariedade em práticas de produção e organização processos e da gestão pedagógica da escola;

Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

Reconhecer a diversidade da Amazônia, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

Exercer os princípios do trabalho coletivo, estabelecendo diálogo entre a área educacional, a

das ciências agrárias e da natureza, e de outras áreas do conhecimento;

Participar da gestão das instituições escolares e das organizações produtivas do campo, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico da escola e do projeto de produção de associações e cooperativas de agricultura familiar;

Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares.

ESTRUTURA CURRICULAR

O curso está organizado em três núcleos (núcleo comum, núcleo de áreas e núcleo Integrador), que fundamentam as dimensões de ensino, pesquisa e extensão que integra as atividades do Curso, operacionalizados sob a lógica interdisciplinar.

O Núcleo comum (1.110 horas) compõe-se de um conjunto de atividades curriculares no âmbito do fundamento da educação e componentes curriculares direcionadas ao aprofundamento da formação pedagógica.

O Núcleo de área (1.965 horas) contempla as disciplinas específicas da área de conhecimento de Ciências Agrárias e da Natureza, bem como os fundamentos teóricos-metodológico e a Língua Brasileiras de Sinais.

O Núcleo integrador (1.090 horas) agrega as disciplinas de estágio docente, tendo a pesquisa como princípio educativo e formativo, por meio das metodologias científicas, das Práticas e Pesquisa Socioeducacional que são vinculadas ao Tempo Comunidade, além do Trabalho de Conclusão de Curso.

As atividades complementares, compõe-se de (204h), que serão cursadas por duas disciplinas optativas de 45 horas cada, equivalendo (90h); e as demais atividades serão realizadas por meio de monitoria, participação em projetos de extensão e/ou pesquisa, atividades profissionais vinculada ao curso, participação em palestras, seminários, mesa redonda, congressos, conferência, iniciação científica, trabalhos publicados e outras atividades de cunho acadêmico-científico-culturais que se articulem com a proposta do curso.

O currículo construído em consonância com a Resolução nº 02 de julho de 2015, especificamente os Art. 12 e 13, em que trata dos direitos socioculturais e ambientais compreende a importância de temáticas ligados a diversidade social, cultural, ambiental que transversalizam a formação inicial dos estudantes. A questão étnico racial tem sido

contemplada com a disciplina Relações Étnicas Raciais e Educação (60h), os aspectos ambientais são abordados nas disciplinas: Ciência, Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente (60h), Fundamentos da Agroecologia e Agroecossistemas Amazônicos (60h) e Manejo Agroecológicos do solo (60h). Em se tratando dos Direitos Humanos, atende-se por meio das disciplinas: Sociedade, Estado e Movimentos Sociais (60h) e Campesinato, Territorialidade e Sustentabilidade (60). Sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista é atendida na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (60h), ainda sobre inclusão o currículo tem uma disciplina específica de Libras(60h).

A estrutura ora apresentada procura apresentar uma sólida formação do professor que atuará nas escolas públicas do campo, com disciplinas de fundamentos da educação (480), de dimensões pedagógicas (600h), com as práticas de ensino (420) e as disciplinas de estágio de docência (400).

As disciplinas de fundamento da educação totalizam 480 horas e estão especificadas a seguir:

Filosofia da Educação (60h)

História da Educação e da Educação do Campo (60h)

Políticas Educacionais e Legislação (60h)

Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (60h)

Antropologia da Educação (60h)

Teoria do Currículo na educação do campo (60h)

Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola do Campo (60h)

Sociedade, Estado e Movimentos Sociais (60h)

As disciplinas de dimensões pedagógicas totalizam 600 horas e estão detalhadas em:

Pedagogia da Alternância e Práticas Pedagógicas (60h)

Informática Básica na Educação (45h)

Tecnologia da Comunicação e Informação na Educação do Campo (45h)

Biologia da Educação (45h)

Estatística Básica (45h)

Física Aplicada a Educação do Campo (60h)

Química Geral I aplicada a Educação do Campo (60h)

Química Geral II aplicada a Educação do Campo (60h)

Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino das Ciências da Natureza nos Anos

Finais do Ensino Fundamental (60h)

Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino das Ciências da Natureza: Ensino Médio (Química e Biologia) (60h)

Fundamentos Teóricos e Metodológicos do ensino das Ciências da Natureza: EJA, Saberes da Terra, PRONERA, Escolas Famílias Agrícolas, Casa Familiar Rural (60h).

As disciplinas de prática de ensino totalizam 420 horas e estão detalhadas em:

Pesquisa socioeducacional I e Seminário Integrador (60h);

Pesquisa socioeducacional II e Seminário Integrador (60h);

Pesquisa socioeducacional III e Seminário Integrador (60h);

Prática, Pesquisa Socioeducacional I e Seminário Integrador (60h);

Prática, Pesquisa Socioeducacional II e Seminário Integrador (60h);

Prática, Pesquisa Socioeducacional III e Seminário Integrador (60h);

Estudo de práticas educativas em organizações populares (60h);

As disciplinas de estágio de docência contabilizam 400 horas e estão assim organizadas:

Estágio de Docência I (Ensino de ciências, nos anos finais do ensino fundamental) (100h);

Estágio de Docência II (ensino médio nas disciplinas de Química e Biologia) (100h);

Estágio de Docência III (EJA, Saberes da Terra, PRONERA, Escolas Famílias Agrícolas, Casa Familiar Rural) (100h);

Estágio IV (Em Organizações Populares) (100h);

METODOLOGIA

A organização metodológica do curso sustenta-se a partir da proposta da Pedagogia da Alternância. Essa metodologia se fundamenta na articulação das disciplinas curriculares como um momento de reflexão e fundamentação teórico-metodológico e conceitual, em que os alunos terão acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade. Ao mesmo tempo em que esses alunos terão a possibilidade de realizar a síntese teórica-conceitual a partir da reflexão acerca da sua realidade sociocultural. Dentro desta articulação das disciplinas, alunos e professores terão a oportunidade de realizar a vivência pedagógica como um momento de articulação dos saberes teóricos e dos saberes da experiência dos educandos que deverão fundamentar a formação do licenciado em todo o decorrer do curso.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo ?LEdoc funciona a partir da metodologia da Alternância Pedagógica que se fundamenta pela alternância entre o Tempo-Universidade e o Tempo-Comunidade articulados como a base da formação do educando. O princípio da alternância pedagógica contempla dois momentos imbricados: o Tempo-Universidade - TU, que consiste em estudos desenvolvidos no Campus da Universitário do Tocantins- UFPA ou em seus polos de formação distribuídos nos municípios da região; e o Tempo-Comunidade-TC que oportuniza o desenvolvimento de estudos na comunidade e nos espaços educacionais do educando ou nas proximidades do contexto social do campo.

A construção dos processos educativos contempla diferentes tempos e espaços pedagógicos, extrapolando a sala de aula e espaços escolares. Trata-se, portanto, de espaços-tempos de aprendizagens significativas, diferentes dos modelos tradicionais. Assim, a cada semestre, os alunos formularão um Plano de Estudos (roteiro) que guiará a realização da pesquisa no Tempo-Comunidade respectivo. No início do semestre seguinte, este plano de estudos será socializado no Seminário Integrador que pode ocorrer em uma comunidade de um dos municípios onde os alunos residem ou no início da etapa do Tempo-Universidade, na própria Universidade Federal do Pará. Dessa forma, os conteúdos de cada componente curricular devem dialogar com as descobertas feitas no Tempo-Universidade precedente.

O Tempo Universidade será momento de formação teórico-metodológico e conceitual com vistas à apropriação de saberes científicos para a intervenção na realidade sociocultural das comunidades. Do outro lado o Tempo-Comunidade será momento de adentrar na realidade histórico, político cultural do campo para conhecer seus saberes e conhecimentos e instigar contatos com a diversidade de saberes oriundos da comunidade e da ciência, em busca da (re)elaboração de outro conhecimento fundamentado na realidade concreta.

A articulação desses tempos será pautada a partir da realização da pesquisa que será o fio condutor da síntese intelectual proposta. No Tempo-Universidade as propostas de pesquisa serão construídas a partir dos eixos teóricos propostos no projeto pedagógico. No Tempo-Comunidade os alunos terão que realizar pesquisas in loco para a produção científica em torno das mesmas; a Socialização, através de Seminários Integradores com objetivo de apresentarem publicamente os resultados e discussões sobre as pesquisas realizadas na sua própria comunidade como também por meio do Estágio supervisionado de caráter obrigatório. A preparação de cada Tempo Comunidade se dá durante as aulas do Tempo Universidade onde os estudantes estudam as disciplinas do período letivo e por meio das disciplinas de Metodologia Científica I, II, II, IV, V, VI e VII articulados ao conjunto de disciplinas e ao eixo temático se organizam sob orientação docente para as atividades de campo. Nessa perspectiva, a disciplina de Metodologia Científica, a partir do quinto

semestre estará relacionada aos estágio docente. No caso estas disciplinas de Metodologia Científica e estágio docente serão ministradas em regime de dupla docência.

Os Seminários Integradores correspondem, portanto, à socialização do Tempo-Comunidade, a partir das disciplinas de Pesquisa Socioeducacional (I, II, III) e da disciplina Prática, Pesquisa Socioeducacional (I, II, III, IV), ambas tem como culminância na socialização da pesquisa a realização do seminário integrador. Estas disciplinas são obrigatórias e os educandos terão que cursar a cada etapa, e será parte integrante das práticas como componente curricular exigidas pelo Ministério da Educação-MEC (cf. Resolução No2/2015). As produções recorrentes dos mesmos retornarão às comunidades em forma de seminários temáticos, oficinas, mini-cursos e palestras que serão realizados pelos educandos e acompanhados pelos professores-orientadores, em regime de dupla-docência.

Ressalta-se que a proposta metodológica de condução do curso, só poderá ser viabilizada a partir da formação dos formadores, ou seja, os professores envolvidos no projeto deverão compreender e participar ativamente do planejamento de cada etapa proposta do curso. Por isso, entre as etapas do tempo-universidade realizaremos as oficinas de preparação de vivência educativa que terá como objetivos:

- 1- Planejamento e organização do fluxo metodológico-curricular da etapa;
- 2- Articulação das propostas que serão realizadas nas disciplinas;
- 3- Definição de atividades colaborativas entre as disciplinas que serão ofertadas nas etapas;
- 4- Definição da realização das atividades do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade;
- 5- Discussões sobre a proposta metodológica do curso;
- 6- Avaliação da condução metodológica das etapas.

A cada oficina pedagógica de formação e planejamento da etapa será definido eixos temáticos que serão condutores da proposta metodológica da etapa ofertada. O Eixo Formativo curricular tem como o objetivo desenvolver-se de forma interdisciplinar integrando os conteúdos curriculares das disciplinas que serão ofertadas, primando por um diálogo colaborativo entre as mesmas para dinamizar o curso e garantir a formação integral do educando.

A viabilização da proposta metodológica do curso será realizada a partir de dois momentos pedagógicos de alternância articulados pelo núcleo integrador.

O primeiro momento será o de Alternância Pedagógica, realizada no interior da disciplina curricular, no decorrer da oferta da mesma ao longo da etapa, assim será orientada, acompanhada e avaliada pelo docente responsável pelas atividades didáticas propostas no plano de curso da disciplina e no Planejamento Global do Projeto.

No processo de Alternância do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade, teremos a

realização de atividades do Núcleo Integrador, a realização da Alternância levará em conta as experiências do educando e sua inserção na realidade local.

A culminância das atividades desenvolvidas no Tempo-Comunidade será realizada a partir da socialização nos Seminários Integradores. No momento das entre-etapas do Tempo-Universidade, a equipe pedagógica realizará processos de avaliação e discussões junto aos alunos e às comunidades atendidas. No processo de acompanhamento da alternância, a equipe pedagógica participará de oficinas de formação com o objetivo de discutir, qualificar e elaborar o planejamento de acompanhamento e de avaliação da proposta pedagógica em curso.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

O curso de Licenciatura em Educação do Campo apresenta 420 (quatrocentos e vinte) horas de prática como componente curricular, de acordo com Art. 13 da Resolução N° 02/MEC/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Essa prática está distribuída ao longo do processo formativo do curso nas seguintes disciplinas:

Pesquisa socioeducacional I e Seminário Integrador (60h);

Pesquisa socioeducacional II e Seminário Integrador (60h);

Pesquisa socioeducacional III e Seminário Integrador (60h);

Prática, Pesquisa Socioeducacional I e Seminário Integrador (60h);

Prática, Pesquisa Socioeducacional II e Seminário Integrador (60h);

Prática, Pesquisa Socioeducacional III e Seminário Integrador (60h);

Estudo de práticas educativas em organizações populares (60h);

A concepção de prática neste Curso de licenciatura tem a intencionalidade de fazer a interface entre a prática pedagógica e a prática educativa. A primeira está relacionada de forma direta com as especificidades da escola, do currículo e da prática docente na educação básica. A segunda diz respeito as ações desenvolvidas nas organizações e movimentos sociais, pois possibilita a formação política, sociocultural e identitária dos estudantes.

É neste sentido, que a concepção de prática no Curso de Licenciatura em Educação do Campo constitui-se imersa no conjunto de relação social e modificações pelas quais a sociedade passa em cada momento histórico (SOUZA, 2016).

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio docente está organizado em quatro semestres letivos assim denominados: Estágio Docente I, Estágio Docente II, Estágio Docente III, Estágio Docente IV. Durante os Estágios Docentes I e II serão desenvolvidas pesquisas para se construir práticas pedagógicas voltadas para o ensino de Ciências no nível fundamental (séries finais) e Biologia e Química para o ensino médio. Ao se desloca dos níveis de ensino para uma modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se descortina um modo de fazer educação diferenciado. Tais diferenças nos revelam uma trama densa de relações no fazer pedagógico. Por isso, as compreensões construídas a partir do estágio docente nesta modalidade de ensino são fundamentais para a formação que a licenciatura em Educação do campo pretende desenvolver.

Por ser voltada a atender sujeitos que foram excluídos dos processos de ensino, a EJA situa-se como uma das grandes bandeiras para a educação do campo. Segundo, pela natureza da modalidade visar a relação trabalho/educação. E terceiro, por ter como pilar uma concepção de educação que considera intensamente os aspectos político pedagógico na ação didática do professor e, portanto, pressupõe uma concepção de pessoa humana, de sociedade e da relação que estabelecemos com o mundo em que vivemos. Por isso, consideramos nossa referência básica de análise das experiências relacionadas à organização do trabalho pedagógico em EJA a teoria freireana e a concepção de Educação Popular que encaminhará para a compreensão do estágio nas bases das organizações populares que estarão expressos orientações aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) para cada estágio. Abaixo seguem as disciplinas do estágio docente com seus campos de atuação na educação escolar e não escolar.

01. Estágio de Docência I (Ensino de ciências, nos anos finais do ensino fundamental) (100h);

02. Estágio de Docência II (ensino médio nas disciplinas de Química e Biologia) (100h);

03. Estágio de Docência III (EJA, Saberes da Terra, PRONERA, Escolas Famílias Agrícolas, Casa Familiar Rural) (100h);

04. Estágio IV (Em Organizações Populares) (100h);

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares serão constituídas por duas disciplinas optativas de 45 horas cada, somando um total de 90 horas. As demais atividades poderão ser desenvolvidas na dinâmica do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade, podendo constituir-se, a partir de: monitoria, participação em projetos de extensão e/ou pesquisa, atividades profissionais vinculada ao curso, participação em palestras, seminários, mesa redonda, congressos, conferência, iniciação científica, trabalhos publicados e outras atividades de cunho acadêmico-científico-culturais que se articulem com a proposta do curso. Esse conjunto de atividades totalizam 114 horas, mais 90 de disciplinas optativas equivalem 204 horas de atividades complementares. Os critérios que definem as atividades extracurriculares e suas orientações podem ser consultadas na Instrução Normativa No 001/2016 ? FECAMPO, de 28 de abril de 2016, que especifica com detalhes a carga horária de cada atividade vinculada as atividades complementares.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em uma produção acadêmica pautada nas normas institucionais, escrito individualmente pelos discentes, baseadas nos estudos e pesquisas desenvolvidos a partir de temas por estes estudados ao longo do curso. No TCC serão avaliados critérios como criatividade, capacidade de análise de sua área de estudo, competência como estudante-pesquisador, escrita original que inter-relacione competência e compreensão de leituras sobre teorias e pesquisas desenvolvidas na área de formação do curso de Educação do Campo e outras afins, bem como a observância adequada das normas técnicas para produção de trabalhos acadêmicos e a vinculação a questões relevantes para a educação dos povos do campo. Deverá estar de acordo com os critérios definidos na Resolução da Faculdade de Educação do Campo e do Campus Universitário do Tocantins/Cametá/UFPA em conformidade com a legislação vigente. O TCC será desenvolvido em uma etapa, com a elaboração de um projeto de pesquisa e orientação individual por um docente no nono semestre. Após a elaboração da redação final do TCC, o professor-orientador entregará com, no mínimo, cinco dias úteis, o trabalho para dois docentes e/ou pesquisadores com reconhecida competência na área de abordagem do trabalho que farão parte da Banca Examinadora. Os professores/pesquisadores componentes da Banca Examinadora deverão ser definidos, a partir das seguintes prerrogativas:

Apresentar reconhecida competência e conhecimento sobre os temas abordados no trabalho;
A Banca Examinadora será presidida pelo Professor-orientador e terá na sua composição, um

examinador da Faculdade de Educação do Campo do Campus Universitário do Tocantins/Cametá e um examinador externo (de outra faculdade ou instituição). O examinador externo será um professor/pesquisador com formação na área de abordagem do trabalho em algum de seus aspectos centrais, com reconhecida competência na área, e cadastrado junto à direção da Faculdade de Educação do Campo, após análise de seu curriculum lattes, para compor bancas examinadoras, como convidado.

POLÍTICA DE PESQUISA

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo realizará sua vinculação com diferentes linhas de pesquisa e extensão que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Campus Universitário do Tocantins-Cametá e em outros Campi da UFPA, visando fortalecer a docência e a ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza, nas suas variadas formas de atuação. A seguir apresentamos as linhas de pesquisa vinculadas aos professores do Campus e suas ementas:

- a) Linha de Pesquisa Cultura e Trabalho e História e Cultura Negra: Vinculada ao Grupo de Pesquisa, História, Educação e Linguagem na Amazônia da UFPA/CUNTINS. A linha estuda desenvolvimento de estudos e pesquisas em educação afro-descendentes; estudo de escolas quilombolas; formação de trabalhadores das comunidades quilombolas; cultura, identidade e educação nas comunidades negras.
- b) Linha de Pesquisa Relações Sociedade e Natureza, Agroecossistemas e Sistemas de produção, vinculado ao GEDAF - Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar. Desenvolve pesquisa e análises das relações homem-natureza e as formas de uso e apropriação do espaço, caracterizando os saberes locais e os modos de vida camponesa. Busca compreender a diversidade dos agroecossistemas visando a construção de referenciais técnicos-econômicos e socioambientais que permitam refletir sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção, privilegiando em termos analíticos a combinação dos modos de uso do meio biofísico com fatores de natureza social, econômica e ambiental.
- c) Linha de Pesquisa Populações Amazônica: história, identidade, cultura e educação, vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia-GEPERUAZ/UFPA. A linha reúne pesquisadores que investigam sobre as populações da Amazônia, focalizando sua historicidade, sua diversidade sociocultural e territorialidade, incluindo políticas e práticas educacionais.

d) Linha de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais, vinculado ao GEPECART/UFPA/CUNTINS, desenvolve estudo dos movimentos sociais, o seu percurso histórico e relação com o Estado e a Escola. Aborda as concepções de educação oriundas da pedagogia do movimento; estuda os processos de organização do povo e das lutas dos trabalhadores rurais para a garantia dos direitos sociais.

e) Linha de Pesquisa Educação Escolar e Diversidade no Campo, vinculado ao GEPECART/UFPA/CUNTINS. Realiza estudos das diferentes práticas pedagógicas presentes nas escolas indígenas, remanescentes de quilombo, ribeirinhas e extrativistas da região Tocantina. Investiga a diversidade sociocultural e ambiental amazônica e a suas contribuições para a reconfiguração do currículo e da organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Universidade Federal do Pará, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, aponta a Política de Extensão para o desenvolvimento e afirmação da extensão universitária nas agendas dos Campi Universitários e Faculdades de Graduação, devendo referenciar a criação e realização de projetos de extensão no Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Entre as principais diretrizes a serem acionadas na afirmação da política de extensão da UFPA está a indissociável interação entre teoria e prática, de forma que as ações extensionistas possam priorizar a construção de novas formas de articulação teórico-prática no currículo de formação de professores. Essa orientação nos faz ponderar que a extensão, adquirindo a dimensão das práxis educativas, envolve instâncias fundamentais da vida humana que precisam ser investigadas, provocando intervenções nas condições concretas da vida social por meio da extensão (MELO NETO, 2004; p.85).

Outro fator qualificador da política de extensão a ser adotada, é a realização de uma prática de extensão orientada pelas categorias Movimento e Trabalho, onde assume como princípio educativo orientador a prática de transformação e mudança social como um dos pilares estruturadores da universidade na produção do conhecimento e intervenção na sociedade, ou como frisa Freire (1990, p. 45) ?a extensão é um ato de transformação das condições materiais e simbólicas em que se expressa a opressão social dominadora e desumanizante?.

Ao se basear nessas categorias, a extensão se transforma num ato de educação popular, nos marcos da pedagogia da libertação, para enfrentar práticas extensionistas tratadas em ações isoladas ou mecânico-unilateral, pois se configura como um movimento de transformação

das condições sociais de vida, trabalho e educação em que se encontram as populações mais carentes de nossa região (GEZINE, 2007). Nesse contexto em que a extensão deve provocar a realização do movimento de mudança, a transformação ocorre por meio do trabalho como resultado da intervenção realizada pelos sujeitos sociais em suas condições concretas de vida, significando que o trabalho torna-se, portanto, fator de criatividade humana (MELO NETO, 2004).

Para assessorar no desenvolvimento das atividades de extensão a serem realizadas no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, pretende-se fazer uma sólida articulação com o Centro de Pesquisa e Extensão do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, setor que acompanha e apoia a exequibilidade dos projetos de extensão do campus.

Considerando essas premissas, para incentivar a criação de projetos de extensão envolvendo professores e estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, propõe-se o apoio e assessoria à criação de projetos para concorrerem a bolsas de extensão e à realização de Ciclo de Palestras, Mesa Redonda, Encontro, Simpósio, Jornada, Colóquio, Fórum, Reunião, Seminário, Mostra, Exposição, Feira, Salão, Circuito, Semana, Sarau, Oficina, Minicurso, Workshop, Conferência, Laboratório, Festival, Lançamento, Cultural, Recital e Apresentação Teatral, e outros, as quais sejam previstas ações educacionais e que possam ser realizadas nas próprias comunidades campesinas da região Tocantina-PA.

Como as demais atividades, a extensão para ser realizada, deverá ser planejada e aprovada pelo Comitê Pedagógico da licenciatura em educação do campo/Cametá e pelo Conselho da Faculdade de Educação do Campo, em forma de projeto, e registrada no Sistema de Informações de Extensão (SISAE) pelo(s) professor(es) responsável(eis), sob orientação da coordenação das atividades de Extensão. O relatório final das atividades será encaminhado à direção da Faculdade juntamente com o Diário do Professor. Com isso, destina-se para a extensão, além de outras atividades previstas para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, mais de 10% da carga horária total do curso, equivalendo a 440 horas. A carga horária prevista para a extensão encontra-se diluída ao longo do curso, quer em atividades complementares, quer em disciplinas da matriz curricular, como por exemplo, no Tempo Comunidade. Pelo conjunto das ações previstas, a política de extensão universitária a ser desenvolvida pelo Licenciatura em Educação do Campo, propõe consolidar um triângulo epistêmico que unificará ações entre ensino-pesquisa com a extensão, favoráveis à realização de uma prática de educação do campo compromissada com a sociedade e com a transformação das condições de trabalho e educação em que vivem as populações do campo.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Universidade Federal do Pará vem progressivamente aumentando e fortalecendo sua Política de Inclusão, possibilitando aos jovens indígenas, negros/quilombolas e portadores de necessidades especiais do campo e da cidade, possibilidade de ingressar nos cursos de graduação da instituição. A Lei Federal nº 12.711/2012 reserva 50% das vagas ofertadas nos cursos de graduação para estudantes que cursaram todo o ensino médio na rede pública de ensino e, destas, 50% para alunos cuja renda familiar per capita seja de até um salário mínimo e meio. A UFPA adota a reserva de 50% das vagas para alunos da rede pública de ensino e 40% destas vagas são reservadas para estudantes que se autodeclararam negros ou pardos.

Desde 2011, a UFPA disponibiliza cotas em seu processo seletivo de graduação para pessoas com deficiência.

Desde 2012, o Núcleo de Inclusão Social da UFPA (NIS) executa ações visando superar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação ou informação que restrinjam a participação, o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e Superdotação. As ações do NIS são amparadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto nº 7.611/2011 e Lei 13.146/2015. Os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem o grupo com menor número de ingressantes na UFPA, mas têm atenção especial dada a diversidade de suas especificidades e habilidades diferenciadas na comunicação, interesses e socialização, em conformidade com a Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e estabeleceu diretrizes para consecução em todos os níveis de ensino.

O NIS-UFPA propicia aos alunos com TEA: atendimento individual para identificação das habilidades e dificuldades acadêmicas do aluno autista; sensibilização e orientação dos docentes, discentes e técnicos quanto às características do Transtorno para eliminar as barreiras atitudinais e combater a discriminação, restrição ou anulação do acesso ao conhecimento; atendimento e orientação aos familiares para fortalecer os vínculos entre família-Instituição-aluno que servirão de base para o desenvolvimento de sua autonomia e sua permanência na vida acadêmica; orientações aos gestores das faculdades, professores, colegas de turma e monitores quanto às estratégias metodológicas e avaliativas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do aluno; produção e divulgação de tecnologias assistivas de acordo com as necessidades formativas e pedagógicas, na área específica do educando; orientação às Faculdades para um plano de formação direcionada

para a área de interesse do aluno autista, no intuito de valorizar suas habilidades; oferta de cursos e oficinas de incentivo a formação e a capacitação de professores e gestores com conhecimentos especializados sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com transtorno globais do desenvolvimento.

O NIS oferece, ainda, apoio psicopedagógico e de monitoria, com estratégias para melhor auxiliar o aluno a dar conta das demandas do desenho curricular do seu curso. E também acompanha continuamente o rendimento acadêmico do aluno para verificar os resultados, avanços e retrocessos nas atividades acadêmicas, a fim de aprimorar estratégias para garantir o sucesso na aprendizagem.

De acordo com a Resolução 3.361/2005, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), uma vaga é criada em cada curso para ser disputada somente entre essa classe, ou entre os que declararem ser negros ou pardos.

Na prática, das 8.569 vagas ofertadas no Processo Seletivo 2013 (PS 2013) da UFPA, 895 foram destinadas às cotas para quilombolas, indígenas e deficientes, as quais são vagas criadas em acréscimo quando há candidatos aprovados nos cursos de graduação em cada grupo. Completando a Política de Inclusão, a UFPA vai oferecer vagas aos cursos de Educação do Campo e Etnodesenvolvimento, totalizando 126 vagas.

Corroborando com a política de inclusão da UFPA, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo pretende atingir o território do Baixo Tocantins, especificamente nos municípios de Cametá (Sede municipal e Vila do Carmo), Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru, Igarapé Miri e Oeiras do Pará, proporcionando a acessibilidade a estudantes e professores que ainda não possuem graduação, residentes em comunidades ribeirinhas, remanescentes de quilombo, indígenas, extrativistas e pescadoras que habitam esse território da Amazônia Paraense.

Dados do IBGE de 2010 apontam que o Baixo Tocantins possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas e 02 territórios de áreas indígenas. Seu IDH médio é 0,68 e seus processos educacionais ainda se encontram sujeitos às más condições de trabalho, onde estudantes e professores ainda atuam em espaços e escolas multisseriadas, sediadas em prédios e salões comunitários, com poucas condições de execução do trabalho docente e discente (GEPECART, 2010).

Todos esses indicadores apontam fortemente elementos práticos para incentivar a ampliação da Política de Inclusão da UFPA, especificamente nos municípios ao qual a LEdoc/Cametá pretende atuar.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O Núcleo Docente Estruturante terá atuação constante na melhoria do Curso e no atendimento às inovações acadêmicas. Seus encontros ocorrerão no mínimo, no início e no final de cada semestre, sendo analisadas as observações docentes e as técnicas mais atuais de ensino-aprendizagem e sua aplicação no Curso. Todos os membros são professores ativos (coordenador de estágio, coordenador do Tempo Comunidade, coordenador acadêmico, coordenador pedagógico), com formação acadêmica e profissional na área do Curso, denotando o compromisso entre a teoria e a prática em todo o processo de implantação e atualização do Projeto Político-Pedagógico do Curso.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem deverá acompanhar uma prática educativa contendo indicadores de uma avaliação diagnóstica, formativa, contínua e cumulativa, com a finalidade de proporcionar diferentes formas de intervenção do professor no ato avaliativo. Os docentes devem atender aos princípios das ações coletivas de planejamento envolvendo ensino, pesquisa e extensão, da valorização do saber do educando, do trabalho individual e em equipe, da compreensão crítica do conhecimento e da proposição de inovações teórico-práticas por parte dos estudantes, como requisitos conceituais e metodológicos para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

A autonomia para desenvolver atividades avaliativas próprias das atividades curriculares está vinculada ao planejamento coletivo e dialógicos entre docentes e estudantes. Caberá ao docentes utilizar diferentes formas e práticas de avaliação, tais como seminários, produção escrita, experimentos, entre outros. Tais instrumentos deverão possibilitar o acompanhamento e avaliação específica das aquisições dos conhecimentos e competências. Os resultados das avaliações serão expressos através de conceitos representados pelos códigos conforme o regimento de graduação da instituição: SF (Sem Frequência), INS (Insuficiente), REG (Regular), B (BOM) e EXC (Excelente). Para aprovação no curso, o acadêmico deverá cumprir obrigatoriamente 100% das atividades curriculares ou no mínimo 75% de frequência no total do curso. O resultado da avaliação das disciplina em cada semestre estarão à disposição dos alunos no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas ? SIGAA - UFPA.

A avaliação do trabalho pedagógico e a execução das Atividades Curriculares ocorrerá em cada período letivo conforme descrito no Art. 70 do Regulamento do Ensino de Graduação para elucidar os procedimentos, as dimensões e os critérios de avaliação, como definidos pela UFPA, PROEG ou FECAMPO, para aferir o alcance dos objetivos estabelecidos no PPC. O objetivo dessa avaliação é identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis que poderá auxiliar na consolidação dos pontos fortes e em soluções que minimizem ou eliminem os pontos fracos em curto, médio e longo prazo. O desempenho dos docentes será avaliado de forma online e levará em consideração os procedimentos de ensino e avaliação, os objetivos, os conteúdos, a carga horária e as condições materiais do trabalho pedagógico.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A avaliação do Curso será realizada por meio duas ações: a) Pesquisa Diagnóstica, contendo um levantamento de opiniões a ser realizada por meio da aplicação de um ?Roteiro de Entrevistas? e um ?Roteiro de Observação? das atividades educacionais. Essas fichas terão como base os indicadores de desenvolvimento curricular, de desempenho dos cursistas, avaliação dos docentes (professores/pesquisadores), avaliação dos discentes e presença e participação nos cursos. b) Evento Integrador, onde participarão professores e estudantes do curso, representantes das comunidades, representação do poder público, movimentos sociais e sindicais, escolas e universidades, para apresentar e discutir os resultados finais da licenciatura e apontar indicadores de intervenção para o ano seguinte.

Far-se-á um acompanhamento pedagógico durante a alternância pedagógica, por meio da disciplina Prática, Pesquisa Sócio Educacional e Seminários Integradores I, II, III, IV, V, VI e VII, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa dos cursistas e as suas atuações nas escolas do campo.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Cláudia Cristiana Cassol	Doutor	Química	Dedicação Exclusiva
Edfranklin Moreira da Silva	Mestre	Agronomia	Dedicação Exclusiva
Edilena Maria Corrêa	Mestre	Ciências Naturais	Dedicação Exclusiva
Enivaldo Dias Monteiro	Mestre	Ciências Exatas e da Terra	Dedicação Exclusiva
Gisele do Socorro dos Santos Pompeu	Mestre	Engenharia florestal	Dedicação Exclusiva
Hellen do Socorro de Araújo Silva	Mestre	Educação	Dedicação Exclusiva
Kelli Garboza da Costa	Doutor	Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva
Manoel Leão Lopes Junior	Mestre	Química	Dedicação Exclusiva
Maria do Socorro Dias Pinheiro	Mestre	Educação	Dedicação Exclusiva
Maria Madalena Costa Freire Corbin	Mestre	Desenvolvimento rural	Dedicação Exclusiva
Oscar Ferreira Barros	Mestre	Educação	Dedicação Exclusiva
Silvaneide Santos de Queiroz Corte Brilho	Doutor	Agroecologia	40 horas
Tiago Corrêa Saboia	Mestre	Ciências Biológicas e Educação	Dedicação Exclusiva
Waldma Maíra Menezes de Oliveira	Mestre	Educação	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

O Curso de Licenciatura de Educação do Campo inicialmente está sendo composto por uma equipe administrativa de 3 técnicos e 1 bolsista, todos da Faculdade de Educação do Campo. A seguir apresentamos o quadro geral dos técnicos e suas respectivas titulações e funções:

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS / TITULAÇÃO / FUNÇÃO

Idalina Ferreira Caldas / Mestranda / Assistente Administrativo

João Miranda Furtado / Mestrando / Coordenador Pedagógico

José Martins Gomes Wanzeler/ Graduação / Assistente Administrativo

Elisângela Valente Soledade/ Graduação / Bolsista

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
as salas de aulas do campus universitário tocantins/cametá são espaços físicos bem arejados, forrados, dois ar condicionados e 45 carteiras. Apesar de estudarem 40 alunos.	Sala	60	Aula	40
O Laboratório de Biologia apresenta um espaço de aproximadamente 68 m ² com capacidade para 40 alunos (divididos em dois grupos com 20 alunos). Possui uma bancada lateral com pias e conexões para equipamentos e outra bancada localizada no fundo do laboratório. O Laboratório oferece 03 (três) microscópios binoculares; 06 (seis) estereomicroscópios; um freezer horizontal para congelar e conservar amostras; 01 (um) computador; e algumas placas de Petri, lâminas e lamínulas (FONTE: Levantamento da Profa. Waldenira Torres ? Coordenadora do Laboratório, 2016).	Laboratório	40	Aula	1
O Laboratório de Informática possui um espaço de 15x10m ² , contendo 30 (trinta) computadores com acesso à internet, sala refrigerada, monitor e bolsista.	Laboratório	30	Aula	1
O Laboratório de Química apresenta um espaço de aproximadamente 40 m ² e atualmente se encontra em reforma, visando a construção de uma bancada central, a fim de comportar os equipamentos, sobretudo, os que necessitam da energia elétrica.	Laboratório	20	Aula	1
Sala da secretaria da Faculdade de Educação do Campo	Secretaria	10	Administrativa	1
Sala de professores utilizada para as orientações acadêmicas.	Sala	10	Orientação acadêmica	1
A sala (gabinete de pesquisa) está cedida para o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo na Região Tocantina-GEPECART, vinculado à Faculdade de Educação do CUNTINS, possui um espaço físico próprio, dispondo de três computadores com acesso à internet, um notebook, duas impressoras, dois armários, duas mesas, cadeiras e acervo bibliográfico mínimo.	Sala	2	Orientação acadêmica	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Sala da secretaria da Faculdade de Educação do Campo	datashow	Cedido	1	
	mesa	Cedido	3	Com 5 cadeiras.
	computador	Cedido	2	Com 2 impressoras.

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografias consultadas

- As Diretrizes Curriculares para os Cursos de História, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº. 13/2002 de 13 de março de 2002 e com fundamentos nos pareceres CNE/CES nº. 429/2011 de 09 de julho de 2001 e CNE/CES nº 1.363/2001 de 25 de janeiro de 2002.
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena instituída pela Resolução CNE/CP nº 27/2001 de 18 de fevereiro de 2002 e com fundamentos nos Pareceres CNE/CP nº. 09/2001 e CNE/CP nº. 27/2001 de 17 de janeiro de 2002.
- Resolução CNE/CP nº. 02/2002 de 19 de fevereiro de 2002, com fundamentos no Parecer CNE/CP nº. 28/2001 de 17 de janeiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, instituída pela Resolução Nº 2 de 1º de julho de 2015, que define a estrutura e currículo da formação inicial do magistério da Educação Básica em nível superior. Em cursos de licenciatura.
- Regimento Geral da UFPA, Resolução nº. 616 (CONSUN) de 14 de dezembro de 2006;
- Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, Resolução nº. 3633 de 18 de fevereiro de 2008 que aprova o Regulamento do Ensino de Graduação no âmbito da UFPA.
- Decreto nº. 6.495, de 30 de junho de 2008, que Institui o Programa de Extensão Universitária-PROEXT.
- Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio.
- A Lei nº. 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da educação Nacional.
- A Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação e que destaca como núcleo estratégico do ensino superior a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de determinar a implantação de ações extensionistas

no currículo de graduação.

- A lei nº. 10.639/2003, que prevê obrigatoriedade do ensino de conteúdos de história da África, da luta dos negros no Brasil e de Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio.

- Resolução nº. 643 / CONSUN, de 07/02/2008, Regimento do Campus Universitário do Tocantins.

- Decreto 5626/2005 que regulamenta a Lei 10.436 de 2002 que dispõe sobre as Libras.

- SOUZA, Maria Antônia. Sobre o conceito de prática pedagógica. In: SILVA, Maria Cristina Borges (Org.). Práticas pedagógicas e elementos articuladores. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.